

# Brasília-DF



**DENISE ROTHENBURG**  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## O "jogo do bode"

Ao vetar integralmente a proposta de desoneração da folha de pagamento, conforme havia antecipado a coluna, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva põe um "bode na sala". Sua base acena com a possibilidade de derrubar o veto, desde que os congressistas topem manter os do arcabouço fiscal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

## Só tem um porém

Os parlamentares planejam derrubar todos esses vetos. Se os recursos não forem suficientes para cumprir as emendas e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, que corte outras despesas.

## O perdulário

Os congressistas consideram que o "gastador" é o governo federal. No final do ano passado, a PEC da Transição deu uma licença para o governo gastar R\$ 140 bilhões para cumprir suas despesas. Agora, o déficit está em R\$ 167 bilhões. Não houve economia no primeiro ano do Lula 3.

## Sexta de problemas

Na reunião de ministros e líderes com Lula, em plena sexta-feira, um dos assuntos tratados foi o aumento de 44% na conta de luz da população do Amapá. O reajuste sugerido pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) atinge em cheio o estado do líder do governo, Randolfe Rodrigues (sem partido), e do todo-poderoso Davi Alcolumbre — presidente da Comissão de Constituição e Justiça e, quiçá, futuro comandante do Senado. Vai virar um prato cheio para a oposição logo no primeiro ano do Lula 3.

## E vem mais

Além da conta de energia dos amapaenses, o governo também está quebrando a cabeça para encontrar meios de reduzir o preço dos combustíveis. É por isso, aliás, que o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, está cada vez mais desgastado com a ala mais adepta a decisões políticas do que técnicas.

# Estruturação de carreiras nem pensar

Das mais de 2.700 emendas apresentadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), pelo menos 20 pedem reestruturação de carreiras. Do Banco Central (BC) à vigilância sanitária, tem de tudo um pouco. O governo, preocupado, pediu ao relator, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), que rejeite todas. A área econômica considera que a reestruturação de carreiras no serviço público só deve ser feita por leis específicas

para cada setor e não de carona nas diretrizes orçamentárias.

» »

E tem mais um probleminha: cada reestruturação, invariavelmente, segue acompanhada de aumento de salário e/ou de gratificações. No momento, não há caixa para novas despesas.



## CURTIDAS

**Primeiro passo/** O jantar entre Lula e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) foi um gesto do Executivo para fazer o papel de pacificador na relação entre os Poderes, conforme adiantou a coluna.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



**Pressão total/** Um rol de associações, que se denomina "coalizão em defesa da democracia", enviou uma carta a Lula contra a nomeação do procurador eleitoral Paulo Gonet para a Procuradoria-Geral da República (PGR, foto). O Prerrogativas não assinou o documento. Considera que o presidente tem o direito de escolher. Além disso, Gonet é técnico e democrata.

**Veja bem/** Entre parlamentares aliados de Lula, há dúvidas se todos os integrantes dessas associações foram consultados sobre o teor da carta, em que Gonet é visto como um perigo para a democracia.

## GOVERNO

# Gesto para agradar Pacheco

Voto de Wagner pela PEC que limita ação do STF é visto como uma forma de manter canal aberto para pautas econômicas

» VINICIUS DORIA

O voto do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), a favor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que limita poderes do Supremo Tribunal Federal pegou de surpresa muita gente que acompanha de perto as articulações políticas em Brasília. O texto aprovado por 52 x 18 provocou reações imediatas no STF e na base aliada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas poucos acreditam que a decisão de Wagner esteja descolada dos interesses do Palácio do Planalto. Ao contrário: foi uma forma de agradar ao presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), diante da vasta agenda econômica que o governo espera ver aprovada no Congresso.

O **Correio** conversou com políticos, assessores e analistas para mapear o que estava em jogo. Há quase um consenso em torno da intenção do governo de dar a Pacheco uma carta para ser usada à frente, quando ele definir o futuro político depois de deixar a Presidência do Senado, em 2025. O confronto com o STF agrada ao eleitorado conservador, justamente aquele que o senador pretende influenciar caso decida se candidatar a algum cargo majoritário por Minas Gerais, em 2026.

Em troca, o governo estreita a relação com sua base de centro-direita no Senado para facilitar a aprovação de medidas estratégicas (como o novo Marco Fiscal e a Reforma Tributária), além de projetos de infraestrutura e de bem-estar social. Projetos que dependem de estabilidade econômica e recursos orçamentários.

Depois de anunciar o voto a favor da PEC, contrariando a orientação da liderança do PT, Wagner evitou dar explicações.

Roque de Sá/Agência Senado



Ação de Wagner também foi pensada para não expor Pacheco a derrota cujas consequências seriam imprevisíveis

Limitou-se a publicar, numa rede social, uma declaração de que a decisão "foi estritamente pessoal, fruto de acordo que retirou do texto qualquer possibilidade de interpretação de eventual intervenção do Legislativo".

Mas ninguém comprou a ideia de que a posição de Wagner foi de caráter "estritamente pessoal". Um senador lembrou que o colega é um dos poucos políticos no qual Lula deposita plena confiança.

Remar contra a orientação dada à bancada pelo líder do PT no Senado, Fabiano Cantarato (ES), foi uma estratégia pragmática de Wagner, com o conhecimento de Lula, segundo fontes do Palácio, que pesou prós e contras em

relação à PEC. E a conclusão foi que não seria conveniente ao governo contribuir para uma derrota de Pacheco nesse momento. Ter como bandeira o confronto com o STF interessa a boa parte do Congresso, majoritariamente conservador.

"Veja que a oposição deve acalmar um pouco, depois dessa entrega às bases. Isso deverá facilitar a vida do governo e do Pacheco no que resta deste ano e no início de 2024", avalia o cientista político Leandro Gabiati.

## Ponte à direita

Ao votar com o Centrão, Wagner "construiu uma boa ponte

com a direita", disse outra fonte do Parlamento. Para ela, uma derrota de Pacheco seria "humilhante" e não interessava ao governo deixar o presidente do Senado fragilizado.

Lideranças do PT e do MDB — os dois partidos que encaminharam voto contrário à PEC — criticaram Wagner. O que mais irritou os emedebistas foi que a matéria estava condenada à rejeição.

"(Os defensores da PEC) tinham 47 votos. Quando Wagner entrou, virou o jogo. Essa votação só serviu para criar constrangimento", queixou-se um interlocutor do MDB.

Ele observa que há, como pano de fundo, a disputa pela

## » Mais uma PEC para piorar clima

Uma nova PEC pode esgarçar ainda mais a relação entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso. Isso porque já há quem defenda a elaboração de uma proposta que não restrinja a sustentação oral dos advogados na defesa de recursos em tribunais superiores — como previsto nos regimentos internos do STF, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Isso, inclusive tem levado a trocas de farpas entre o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Beto Simonetti, e o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo. Para a OAB, a norma não passa de um dispositivo que cerceia o direito de defesa. Por conta disso, uma parcela dos advogados tem defendido a elaboração de uma PEC contra o que consideram autoritarismo dos ministros.

Presidência do Senado, em 2025. Pacheco e o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Davi Alcolumbre (União-AP), têm interesse em mobilizar a bancada bolsonarista no Senado para viabilizar a candidatura do próprio Alcolumbre, que deseja voltar a comandar a Casa.

A PEC, entretanto, não terá tramitação fácil na Câmara. A aposta do governo e de lideranças da base aliada é que o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), não se esforçará para o texto avançar. "Esse projeto (PEC) não será aprovado. E ainda vai fortalecer Lira na disputa com Pacheco", vaticina um parlamentar.

## Reação além da medida

» ÁNDREA MALCHER

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), considerou a reação dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) à PEC que limita decisões monocráticas como "desproporcional". O comentário foi feito ontem, durante a solenidade de outorga da Medalha de Honra ao Mérito Jurídico 2023, na Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), em São Paulo.

"O único propósito foi de estabelecer equilíbrio entre os Poderes, com uma essência básica, muito simples, do que é essa emenda constitucional, cuja reação foi absolutamente desproporcional. Significa que uma lei votada na Câmara, no Senado, sancionada por um presidente, não pode ser revista por um ato unilateral de um único membro do Poder Judiciário", frisou.

Na tentativa de apaziguar a relação entre Legislativo e Judiciário, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na quinta-feira recebeu os ministros Gilmar Mendes, Cristiano Zanin e Alexandre de Moraes para jantar no Palácio da Alvorada. Do encontro participaram o advogado-geral da União, Jorge Messias, e o ministro da Justiça, Flávio Dino, ambos cotados para a 11ª cadeira no STF.

A pacificação buscada por Lula em por trás o interesse de que o Supremo dê andamento à pauta dos precatórios, cujo relator é o ministro Luiz Fux, mas não há data definida para julgamento. Na ação, um dos questionamentos envolve a imposição de limite, entre 2022 e 2026, para o pagamento das dívidas da União com pessoas físicas e jurídicas.